

# A CONTRIBUIÇÃO DO PROFESSOR DE APOIO PARA ALUNOS SOBRE CADEIRA DE RODAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 2017

Bruna Alves de Melo<sup>1</sup>

Maria de Lourdes Aguiar Ferreira<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo teve início com a problematização: O professor de Educação Física como apoio pode contribuir para o desenvolvimento de alunos com necessidades especiais (NEE) sobre cadeira rodas? Por isso tem como finalidade pontuar quais as contribuições do professor de Educação Física como apoio nas aulas de Educação Física do aluno com necessidades especiais sobre cadeira de rodas. Partiu-se da hipótese que os alunos com necessidades especiais sobre cadeira de rodas devem ter como professor de apoio nas aulas de Educação Física um professor habilitado em Educação física, e não um pedagogo. Justifica-se a escolha do tema pela falta de um professor de apoio nas aulas de Educação Física habilitado para tal. É uma pesquisa realizada através de revisão de literatura pautada em autores que abordam sobre a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais. Trata-se, pois, de uma pesquisa qualitativa, visto que não quantifica dados, e sim apresenta estudos anteriores como pressuposto para melhor conhecimento e práticas futuras no meio educacional. Por tanto, pesquisou-se em sites, revistas, leis, monografias e artigos, e apresentou estudos de autores tais como, MENDES (2002), CIDADE E FREITAS (2002), CARVALHO, (2004), também nas Leis de Diretrizes e Bases Nacional (LDBN). Concluiu-se que o professor de Educação Física como apoio pode contribuir para o desenvolvimento de alunos com necessidades especiais sobre rodas, porque ele teve em sua formação acadêmica a disciplina de educação física adaptada, voltada para o atendimento exclusivo de alunos com necessidades educativas especiais. Conclui-se que o Estado contrata professores para alunos com necessidades especiais com exceção para alunos sobre cadeira de rodas, e eles deveriam ter este apoio para fortalecer os músculos superiores e inferiores assim como a interação no momento de ludicidade para a satisfação e desenvolvimento pessoal e social.

**PALAVRAS CHAVE:** Inclusão. Professor de apoio. Aluno sobre rodas. Educação Física Adaptada

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Graduada em Letras pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG/Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina – FAFIDIA; Especialista em Letras pela Fundação Superior de Passos/ Faculdade de Filosofia de Passos; Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP; Especialista em Metodologia do Ensino e Tecnologia par Educação a Distância pela Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP; Professora e Ouvidora da Faculdade Cidade de João Pinheiro e professora orientadora da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP, Professora de Redação do Colégio Cenecista de João Pinheiro, efetiva na Rede Estadual de Minas Gerais - E-mail: mlourdesfcjp@hotmail.com

**ABSTRACT:** This article has begun with the problematization: Can the Physical Education teacher as a supporter, contribute to the development of students with special needs who use wheelchairs?, therefore its goal is to point out which are the contributions of the Physical Education teacher as a supporter in Physical Education classes of a student with special needs who uses a wheelchair. The bottom line was a hypothesis that students with special needs who use wheelchairs must have a skilled Physical Education teacher to give support in classes as a teacher instead of a pedagogue. This choice of theme is justified by the lack of a support teacher in Physical Education classes skilled enough to teach them. It's a search done through reviews of literature based on authors who approach the inclusion of children with special educational needs. It is, on this account, a qualitative search, since it doesn't quantify data, it displays previous studies as presupposition to a better acknowledgment and future practices in the educational area. Therefore, it has been searched on websites, magazines, laws, monographies and articles, and has used studies from authors such as, MENDES (2002), CIDADE E FREITAS (2002), CARVALHO (2004), in addition to the Law of Directives and Bases of National Education (LDBE). It has been concluded that the Physical Education teacher as a supporter can contribute to the development of students with special needs who use wheelchairs because he has had the discipline of adapted physical education in his academic education, with emphasis on exclusive attendance to students with special educational needs. It has been concluded that the State hires teachers for students with special needs with the exception of the ones who need wheelchairs and they should have this support to strengthen their upper and lower body muscles as well as their interaction on the moment of playfulness to the personal and social satisfaction and development.

**KEY WORDS:** Inclusion. Support teacher. Student on wheels. Adapted Physical Education

## 1. INTRODUÇÃO

Com as leis protegendo os direitos das crianças com necessidades especiais e de incluí-las na educação de ensino regular, várias escolas e educadores vêm se adaptando e especializando-se para garantir sua entrada e permanência em todos os níveis de ensino.

Uma das preocupações das instituições de ensino e também dos pais é que a criança tenha um profissional de apoio para auxiliar no desenvolvimento escolar dessas crianças por isso daremos aqui ao profissional de apoio de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física, visto que durante as aulas de estágio surgiram os questionamentos: O professor de Educação Física como apoio pode contribuir para o desenvolvimento de alunos com necessidades especiais sobre rodas?; É necessário que o professor de educação física tenha formação específica de especialização para atuar como professor de apoio?; Os professores pós-

graduados em inclusão de alunos com necessidades especiais têm em sua grade curricular educação física adaptada?

Diante de tais questionamentos objetivou-se com esta pesquisa pontuar quais as contribuições do professor de Educação Física como apoio nas aulas de Educação Física com o aluno com necessidades especiais sobre rodas, assim sendo este artigo justifica-se por se tratar de uma inovação das escolas referente à necessidade da inclusão de alunos com necessidades especiais, dentre eles os alunos sobre cadeiras de rodas.

Este trabalho teve cunho qualitativo, pois será pautado em revisão de literatura que versa sobre o tema. A pesquisa bibliográfica segundo Gil (2010, p.29-31) é aquela cujos estudos estão na busca de informações em uma pesquisa que quantifica os dados coletados, quanto à revisão de literatura, o autor visa ampliar o conhecimento sobre um determinado tema que já foi estudado, pesquisado para assim ampliar e argumentar sobre o objeto que se quer apresentar.

A pesquisa teve relevância social e acadêmica uma vez que poderá ser estendido para fonte de pesquisa para quem não teve oportunidade de estar inserido no assunto e tenha interesse sobre o mesmo. Outra contribuição é a viabilidade de ser estendida para fonte também de pesquisa para quem está inserido no meio educacional, pois torna-se essencial para o ato de pesquisar, buscar e acima de tudo ter compreensão daquilo que é pesquisado.

Partiu-se da hipótese que os alunos com necessidades especiais sobre cadeira de rodas devem ter como professor de apoio nas aulas de Educação Física um professor habilitado em Educação física, e não um pedagogo.

Assim sendo, conclui-se que o Estado contrata professores para alunos com necessidades especiais com exceção para alunos sobre cadeira de rodas, e eles deveriam ter este apoio para fortalecer os músculos superiores e inferiores bem como a interação no momento de ludicidade para a satisfação e desenvolvimento pessoal e social.

### **1.1 A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais**

A inclusão de alunos com necessidades especiais, cujo destaque damos ao aluno sobre cadeira de rodas, sendo o foco deste trabalho, vem ganhando campos cada vez maiores nas escolas, porém a preocupação maior deu-se início com a

adesão do Brasil à Declaração Mundial de Educação para Todos, em um encontro em Jomtiem, Tailândia no ano de 1990.

Escolas de todo o mundo, impulsionadas, sobretudo pela Convenção de Salamanca, tiveram que dar conta de incluir crianças que precisavam de ajuda em classes já existentes, muitas vezes com grande número de alunos e professores, cuja formação não havia se preocupado com esses aspectos. Neste momento, a opção para muitos foi colocar um profissional especializado na sala de aula. (MOUSINHO, et. al., 2010, p. 2).

Antes da Declaração de Salamanca, a inclusão tinha a pretensão de diminuir os danos causados pela acepção das pessoas com deficiência, e a falta de um profissional especializado em educação especial era grande e nem todos procuravam se especializar, pois, as crianças com necessidades educativas especiais eram escondidas pelas famílias, e não frequentavam escola regularmente, com isso os professores não procuravam cursos ou formação continuada para atender essas crianças.

Nas palavras de Macedo, (2005, p. 22).

Incluir significa abrir-se para o que o outro é e para o que se é em relação ao outro. Por isso, a educação inclusiva supõe, sobretudo, uma mudança em nós, em nosso trabalho, nas estratégias que utilizamos no trabalho, nos objetos na sala de aula, no modo como organizamos o espaço e o tempo em sala de aula.

Certamente o ato de incluir vai além da percepção visual de que o aluno possui alguma necessidade especial, a inclusão acontece quando estamos e interagimos com o outro, além do ponto de vista de que há a necessidade de mudança em nossa atuação como professores de apoio para com o desenvolvimento integro do aluno.

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicos ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados. (BRASIL, 1997, p. 17 e 18).

Quanto ao que diz respeito à inserção de alunos sobre cadeira de rodas nas instituições públicas, a Declaração de Salamanca é clara quando diz que Todos os

alunos, devem ser matriculados em redes regulares de ensino, independente da sua limitação física, mental ou não. O aluno deve possuir condições efetivas, para o seu desenvolvimento e aprendizagem pessoal, em suas potencialidades.

O Artigo 2º da Resolução n º 2/2001, que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, também assegura a matrícula de crianças com necessidades especiais em escolas de rede pública ou privada, essas instituições devem estar aptas para recebê-las, oferecendo-lhes um ensino de qualidade, que permita e proporcione a independência e autonomia no desenvolvimento do aluno.

Assim na perspectiva de Mantoan (1997, p.120)

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico.

Percebe-se que as instituições devem se preparar e ajustar-se às necessidades do aluno, recebe-los respeitando suas diferenças, garantindo sua permanência e sua participação em todas as atividades propostas, e tratando-o de igual modo, como os demais alunos da escola. A inclusão partirá do princípio de como iremos nos dar com as diferenças e necessidades dos alunos, e da constante busca por modificações e adaptações nas propostas políticas de educação, afim de alcançar de fato a inclusão de maneira natural.

Nas palavras de Carvalho, (2004, p. 77):

A Letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras...

Embora teoricamente a inclusão funcione impecavelmente, na prática, ela deixa a desejar, e carece de ações e medidas que incluam sem discriminação estes alunos no ambiente escolar. Carvalho (1998): “a educação inclusiva, entretanto, não se

esgota na observância da lei que a reconhece e garante, mas requer dos sistemas educacionais uma postura de modificação que abranja atitudes, perspectivas e organização” (p. 32)

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem uma atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos, 1990).

Mesmo que, as necessidades especiais básicas de ensino aprendizagem, venham ganhando um destaque e um cuidado específico no meio escolar, estamos longe de alcançarmos uma educação inclusiva de qualidade. Contudo, a sociedade e alguns órgãos governamentais, tem compreendido a importância de agregar valores humanos sobre a educação especial, trazendo também benefícios aos outros alunos, que recebem conceitos e ações de respeito perante às diferenças.

## **2.1 A Educação Física e o aluno sob cadeira de rodas**

A disciplina de Educação Física Adaptada na área de Educação Física surgiu para trabalhar atividades que incluía alunos com necessidades especiais, sendo mais que um a ferramenta de orientação para o professor, de como trabalhar e atuar com esses alunos.

Quanto à área da Educação Física, a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente os cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. (CIDADE & FREITAS, 1997, p 01)

Trata-se de uma área em que o professor de apoio juntamente como o professor regente são os principais mediadores para o desenvolvimento do aluno, assim, eles precisam rever, e compreender melhor as especificidades dos alunos, através de avaliações, laudos médicos, para então a aula ser adaptada, para que os alunos possam participar das aulas com êxito.

A deficiência física pode ter origem genética, congênita e/ou ser adquirida através de doenças, acidentes ou lesões, podendo ser passageira, recuperável, permanente ou compensável.

Encontramos no Decreto nº 5.296, Art. 4º de 2004 da legislação brasileira, o conceito de deficiência física:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

Os alunos com necessidades educativas especiais sobre cadeira rodas, possuem má formação motora, que compromete tanto os membros superiores como os inferiores, ou ambos, a estrutura óssea, articular ou neurológica, no entanto a maioria, não apresentam deficiência mental, o que significa que não haverá nenhuma defasagem no processo de ensino aprendizagem destes alunos.

Todavia estes alunos acabam sendo tratados como se possuíssem outras necessidades especiais, pois não são auxiliados no momento que mais precisam, nas aulas de Educação Física, quando eles têm a plenitude de responder às exigências do meio, desde que, lhes sejam proporcionadas condições para tais.

Duarte e Werner (1995), apud Cidade e Freitas (2002, p. 27) afirmam que:

A Educação Física Adaptada é uma área da educação física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educacionais especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada aluno com deficiência, respeitando suas diferenças individuais.

Sendo assim, como um profissional de apoio, formado no curso de Pedagogia sem o conhecimento e estudo de disciplinas específicas como Educação Física adaptada, pode trabalhar com alunos com necessidades especiais sobre cadeira de rodas adequando às diversas metodologias, se ele não o possui? Neste sentido o professor de Educação Física ficará responsável pelo trabalho que é função do profissional de apoio, que deveria receber o auxílio do mesmo, se fosse habilitado adequadamente em sua formação para trabalhar na área da Educação física adaptada.

Para Bueno e Rose (1995), apud Cidade e Freitas (2002, p.27), “A Educação Física Adaptada para pessoas com deficiência não se diferencia da Educação Física

em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente”, que contribui para o desenvolvimento mútuo dos alunos envolvidos, desde que a relação do professor de Educação Física para com o aluno com necessidade especial não seja de exclusividade, e sim de mediador, adaptando as atividades e os conteúdos para que o aluno possa participar efetivamente das atividades propostas.

### **3. Profissional de apoio de alunos com necessidades educativas especiais**

O Atendimento Educacional Especializado- Professor de Apoio- visa, identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos adaptados que possam amenizar as diferenças existentes, para a participação do aluno com necessidades educativas especiais nas atividades propostas. Além de proporcionar o desenvolvimento, autonomia e independência do aluno, dentro e fora do ambiente escolar. O professor de apoio deve atuar juntamente com o professor regente na sala de aula, buscando facilitar o acesso integral do aluno.

Nesta mesma direção, Jordão et al (2011, p.11) reflete que:

As dificuldades ressaltadas pelos professores de apoio referem-se a ausência de adaptações curriculares, de material de didática, do espaço físico da escola, bem como a falta de apoio da família e do professor regente, do reconhecimento e credibilidade do seu trabalho. Condição que nos remete a própria indefinição de seu papel em relação a uma atuação de caráter mais colaborativo com o professor, ainda que esta esteja presente na legislação.

Apesar do profissional de apoio ser exigido pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 - LDB – no Art. 59, inciso III, nos deparamos com as falhas dos sistemas políticos, no que se refere à execução plena das leis. A preocupação de se ter um profissional de apoio em sala de aula é recente, por isso requer cuidados e atenção de todos os meios envolvidos, desde a família do aluno aos gestores educacionais.

A LDB 9.394/96. Art 4º, inciso III, pronuncia que é obrigação do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede pública de ensino”, ainda que seja um desafio para todos os envolvidos, há a necessidade de quebrar os paradigmas existentes quanto a atuação de professores de apoio nas aulas de Educação Física e a inserção



e permanência de alunos com necessidades especiais sobre cadeira de rodas na rede regular de ensino.

No Capítulo V a LDB 9.394/96 aborda tão somente aspectos referentes à Educação Especial, o art. 58. § 1º ressalta que sempre que houver necessidade existirão serviços de apoio especializado, para atender às peculiaridades de cada aluno em particular.

[...] inclusão estabelece que as diferenças humanas são normais, mas ao mesmo tempo reconhece que a escola atual tem provocado ou acentuado desigualdades associadas à existência de diferenças de origem pessoal, social, cultural e política, e é nesse sentido que ela prega a necessidade de reestruturação do sistema educacional para prover uma educação de qualidade a todas as crianças. (MENDES, 2002, p. 64)

Porém, a educação inclusiva para alunos com necessidades especiais sobre cadeira de rodas, ainda, é um desafio para o país, mesmo havendo numerosos projetos e discussões sobre o assunto e, ainda que os números de matrículas na rede regular de ensino destes alunos venham aumentando gradativamente, há a extrema necessidade de reformular o sistema educacional para atender com qualidade as especificidades destes alunos, para que haja a participação efetiva destes no ambiente escolar.

Segundo Mendes (2010, p.14)

Cabe lembrar, entretanto, que em nome das “necessidades educacionais especiais”, da “educação inclusiva” da “inclusão escolar”, muitos governos estão fazendo o oposto, isto é, apagando as diferenças, extinguindo o tratamento diferenciado, reduzindo custos, e apontando estatísticas cada vez mais otimistas das matrículas de alunos com “necessidades educacionais especiais” em classes comuns, computando alunos que antes não eram considerados “especiais”, e ainda como se uma política de “inclusão escolar” pudesse ser traduzida meramente em números de matrículas.

É a partir deste ponto de vista que o profissional de Educação Física como apoio se adéqua. Tendo ele, o papel de trabalhar às habilidades motoras, cognitivas, afetivas, emocionais e criativas dos alunos especiais nas aulas de Educação Física. A Educação Física tem se destacado na área de inclusão, justamente pelo trabalho diferenciado que é oferecido pelos profissionais da área. Pois percebem a necessidade de mudar a realidade da “inclusão excludente” ao seu redor.

Peterson (2004, p.4) afirma:

Em relação a formação de professores, os programas de inclusão não podem ser bem-sucedidos em escolas públicas se ambos, professores de educação geral e especial não forem capacitados para implementar programas de ensino colaborativo e inclusivo na educação geral para alunos com deficiência.

O professor de apoio de Educação Física, precisa conhecer a realidade de cada aluno com ou sem necessidades educativas especiais, só assim, em um trabalho de colaboração com o professor regente o processo de inclusão acontecerá de forma eficaz.

Precisa-se, por tanto, compreender melhor o papel deste profissional na área permanente em salas de aula de ensino regular; profissionais de Educação Física atuando como apoio pedagógico especializado de alunos com necessidades educacionais especiais incluídos nas escolas regulares.

#### **4. Comparativo entre as grades curriculares dos cursos de Educação Física e Pedagogia, oferecidas por algumas Universidades no Estado de Minas**

Fez-se uma comparação das grades curriculares de quatro universidades de Minas Gerais com o intuito de analisar quais delas oferecem em seus cursos de Pedagogia e Educação Física disciplinas que apresentam teoria e prática para atuar com alunos com necessidades especiais físicas. A escolha das quatro instituições, deu-se por ser as que estão localizadas nos grandes centros urbanos e por possivelmente influenciar na identidade das diversas faculdades do estado e ainda por ser as servem como exemplo para as tomadas de decisão da Secretaria Estadual de Educação.

As grades curriculares foram tiradas dos sites das instituições disponíveis a toda população nacional. Por questões éticas, preserva-se aqui os nomes as instituições, denominando-as, por números ordinais, como 1ª INSTITUIÇÃO, 2ª INSTITUIÇÃO, 3ª INSTITUIÇÃO E 4ª INSTITUIÇÃO.

A 1ª INSTITUIÇÃO oferece o curso de Pedagogia presencial. No que se refere à inclusão de Alunos com Necessidades educativas Especiais em sua grade é oferecida no 4º Período a disciplina de Educação Física Pessoas com Deficiência e Linguagem Brasileira de Sinais/ Libras, e no 9º Período Estágios disciplinas de Educação Física para pessoas com Necessidades Educativas Especiais de pessoas

com deficiência física e neuromotora; Necessidades Educativas Especiais de pessoas com deficiência visual e cegos; Necessidades Educativas Especiais de pessoas com deficiência intelectual; Necessidades Educativas Especiais de pessoas com deficiência múltiplas; Necessidade Educativas Especiais de pessoas com Transtorno Global do Desenvolvimento TDH e Altas Habilidades/ superdotação.

Para o Curso de Educação Física, a mesma instituição, oferece no 6º Período a disciplina de Linguagem Brasileira de Sinais/Libras.

A 2ª INSTITUIÇÃO oferece o Curso de Licenciatura em Educação Física e Licenciatura em Pedagogia. Na grade de Educação Física, no 3º Período a disciplina de Teoria da Atividade Física Adaptada e 6º Período encontra-se a disciplina de Fundamentos em Libras, 7º Período do Curso de Pedagogia tem-se a disciplina de Fundamentos em Libras.

A 3ª INSTITUIÇÃO oferece o Curso de Licenciatura em Educação Física e Licenciatura em Pedagogia. Na grade de Educação Física, no 3º período há a disciplina de Educação Física e Esportes Adaptados, e no 7º período Esportes e Deficiência, no Curso de Licenciatura em Pedagogia, não se encontra a grade curricular para acesso, porém na descrição do curso são oferecidos o ensino de Libras, Fundamentos e história da Educação de Surdos no Brasil.

A 4ª INSTITUIÇÃO oferece o Curso de Licenciatura em Educação Física e Licenciatura em Pedagogia. Na grade de Educação Física, no 8º período encontra-se a disciplina de Libras, 4º período de Pedagogia a disciplina de Educação Inclusiva.

Percebe-se que é incoerente a Secretaria de Estadual de Educação de Minas Gerais- SEE-MG, em seus critérios de Designação oferecer professores de apoio, somente para alunos com Deficiência Visual e Surdez, e exclui o aluno sobre cadeira de rodas. Como pode ser visto na Resolução Nº 3634, de 20 de outubro:

Art . 19 – Os candidatos à designação para as funções de Especialista em Educação Básica (EEB) e Professor de Educação Básica (PEB) para atuar nos Centros de Apoio Pedagógico às Pessoas com Deficiência Visual (CAP)/Núcleos de Capacitação na Área de Deficiência Visual e Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS)/Núcleos de Capacitação na Área da Surdez serão classificados em listagens específicas para cada função, por município onde houver a vaga, observando-se a habilitação, escolaridade e formação especializada estabelecidas nos Anexos II, III e IV desta Resolução .

A inclusão foi feita para todos, como fomenta a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96. Art 4º, inciso III, além da LDB, e o Plano Nacional de Educação nº 13.005, (PNE) mesmo com a disposição de decretos, resoluções, portarias, notas técnicas e diversas leis que resguardam e asseguram a inclusão, os alunos com necessidades especiais sobre cadeira de rodas são penalizados mediante as práticas políticas e educacionais.

Marcos et al (2007, p. 1) relatam que:

o portador de deficiência física motora é um dos indivíduos mais fortemente penalizados pela falta de acessibilidade do espaço urbano e edificado, pois sua mobilidade depende do uso de cadeira de rodas, e o ambiente construído ainda está muito pouco adaptado para garantir o seu direito de ir e vir.

O descaso dos órgãos públicos, o despreparo de professores e com a inacessibilidade do ambiente escolar, os alunos com necessidades educativas especiais sobre cadeira de rodas acabam sendo deixados de lado, em razão de suas limitações físicas. Neste aspecto o professor de apoio habilitado em Educação Física, o auxiliará no seu desenvolvimento físico, gerando benefícios psicológicos, emocionais, criativos e conseqüentemente o progresso nas habilidades cognitivas do aluno.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O profissional de apoio especializado é previsto desde a Conferência Mundial de Educação para todos, visto que o professor de Educação Física possui em sua formação profissional a Educação física adaptada, e se especializam em educação especial, é totalmente habilitado e capaz de contribuir para o desenvolvimento de alunos com necessidades educativas especiais sobre cadeira de rodas.

De tal modo, compreende-se o valor e a importância de se ter um professor de apoio específico na área da Educação física, por se tratar de um profissional que possui conhecimentos da estrutura anatômica e física do aluno sobre cadeira de rodas.

Mesmo sabendo das necessidades especiais de um aluno sobre cadeira de rodas, o governo não se preocupa em contratar profissionais dessa área como apoio, sendo assim, através da análise das grades curriculares do curso de Licenciatura em

Educação Física e Licenciatura em Pedagogia percebe-se que em nenhuma das instituições é oferecida a disciplina de Educação Física adaptada nos cursos de Pedagogia.

Diante dos fatos, compreende-se o valor e a importância de se ter um professor de apoio específico para atuar na área da Educação Física, para atender alunos com necessidades especiais sobre cadeira de rodas, por se tratar de um profissional que possui conhecimentos da estrutura anatômica e física do aluno. No entanto, encontramos apenas profissionais habilitados em pedagogia com ou sem formação continuada em educação especial ou inclusiva, exercendo o cargo de professor de apoio pedagógico nas escolas.

Lembrando que, não temos a pretensão de palavras finais sobre o tema, tendo em vista que outros pesquisadores poderão fazer uso deste trabalho como fonte de pesquisa para novos estudos.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Artigo 4º, Inciso I. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm). Acesso em: 22/11/17

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei nº 9.394/96 – 20 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei Plano Nacional de Educação**: Lei Nº 13.005, Brasília,DF. 25 de Junho de 2014.

BUENO, S. T.; RESA, J.A.Z. **Educacion Fisica para niños y niñas com necesidades educativas especiales**. Malaga : Ediciones Aljibe, 1995.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

\_\_\_\_\_. (1998). **Educação dos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino**: considerações sobre a operacionalização curricular. Mensagem da APAE. Brasília, out./dez., p. 30-32.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. **Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola.** Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/09/INCLUS%C3%83O-PRATICA-PEDAGOGICA.pdf>. Acesso em: 31/10/17

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

DUARTE, E. e WERNER, T. **Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências.** IN: Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência Rio de Janeiro: ABT,UGF, 1995

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

J.PETERSON, **Patrícia. Inclusão nos Estados Unidos: Filosofia, Implementação e Capacitação de Professores.** Disponível em: [www.Scielo.Br/Pdf/Rbee/V12n1/31981.Pdf](http://www.Scielo.Br/Pdf/Rbee/V12n1/31981.Pdf). Acesso em: 26/09/17

JORDÃO, Uíara Vaz; JORDÃO, Maria de Lourdes Vaz; TARTUCI, Dulcéria. Discurso dos Professores de Apoio do Estado de Goiás. **Anais do VII Congresso Multidisciplinar de Educação Especial. 2011**, p. 10.

MACEDO, L. de. Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos? Porto Alegre: Artmed, 2005. MACEDO, L. de O desafio da escola para todos. **Revista pedagógica Pátio.** a. VIII, n. 32, Artmed, nov. 2004 / jan. 2005 p.16 a 24.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. O desafio das diferenças nas escolas. Petropolis, RJ: Vozes, 2009. In: **Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014**, p. 21.

MARCOS, M. et al. **Avaliação e análise de acessibilidade de um deficiente físico motor, através do software Catia, em habitações de interesse social.** UFRP, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/viewFile/4386/pdf>. Acesso: 24/11/17

MENDES E. G., **Tramas entre Deficiência, Estado e Educação: Algumas Reflexões a Partir do Contexto Francês.** 2010, p.14 Disponível em: [www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/.../GT15-6702--Int.pdf](http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/.../GT15-6702--Int.pdf). Acesso em: 26/07/17

\_\_\_\_\_, **Perspectivas para a construção da escola inclusiva**, In: PALHARES, M. S; MARINS, S. C. F. **Escola Inclusiva**, São Carlos: EdUFSCar, 2002.

Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial, **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais DEFICIÊNCIA FÍSICA**. Brasília – DF 2006.

MOUSINHO, R; SCHMID,E; MESQUITA, F; PEREIRA, J; MENDES, L; SHOLL, R & NÓBREGA, V. Mediação Escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Revista de Psicopedagogia**, São Paulo, vol 27, nº 82, 2010, p. 02-08. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862010000100010&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862010000100010&script=sci_arttext)>. Acesso em: 26/09/17

Puc Minas <https://www.pucminas/> acesso em: 20/11/17

Universidade Federal de Uberlândia- Ufu. Disponível em: <http://www.ufu.br/> acesso em: 20/11/17

Universidade Federal de Minas Gerais- Ufmg. Disponível em: <https://ufmg.br/> acesso em: 20/11/17

Universidade de Uberaba- Uniube. Disponível em: <https://www.uniube.br/> acesso em: 20/11/17